

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**REQUERIMENTO N.º _____/2002
(DO SR. LUIZ RIBEIRO)**

Solicito que sejam convidados os Representantes das Operadoras Global Village Telecom (GVT), empresa - espelho da Brasil Telecom no Centro Sul do País e a Telemar da Paraíba, o Representante da ANATEL, o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça - Paulo de Tarso Ribeiro, o Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e o Representante da Área Tributária da Receita Federal, para prestarem informações em relação à cobrança de PIS e Cofins nas contas telefônicas de forma irregular e prejudicial ao consumidor.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a ser agendada, os Representantes das Operadoras, Global Village Telecom (GVT), empresa - espelho da Brasil Telecom no Centro Sul do País e a Telemar da Paraíba, o Representante da ANATEL, o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça - Paulo de Tarso Ribeiro, o Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e o Representante da Área Tributária da Receita Federal, para prestarem informações em relação à cobrança de PIS e Cofins nas contas telefônicas de forma irregular e prejudicial ao consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

A Secretaria de Direito Econômico – SDE/Ministério da Justiça, está investigando 31 operadoras de telefonia suspeitas de cobrar do consumidor mais tributos do que é devido. As operadoras acima citadas já estão com processos de inquérito abertos, e estão na mira da Secretaria de Direito Econômico, segundo o Secretário Paulo de Tarso. O PIS e o Cofins representam 3,65% sobre o valor da conta de telefone. No ano passado, as duas contribuições representaram uma arrecadação de quase R\$ 2,7 bilhões. De acordo com denúncias as companhias podem estar se apropriando indevidamente de parte do dinheiro da Cofins e do Pis cobrado ao consumidor, e repassando a Receita Federal.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2002.

LUIZ RIBEIRO
Deputado Federal
PSDB – RJ